

As Práticas de Governança Corporativa em Uma Cooperativa de Crédito Corporate Governance Practices in a Cooperative of Credit

Tadeu Junior de Castro Gonçalves^{*1} – tadeujunior.goncalves@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2888-1773>

Cássia Marcelle Dias Pinho^{*2} – cassiapinho2008@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3784-0225>

Anderson Roberto Pires e Silva^{*3} – andersonpires@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1659-8153>

Diogo Henrique Silva de Lima^{*1} – diogoh4@ufrnet.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8463-1421>

1 - UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

2 - UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

3 – UFPA – Universidade Federal do Pará

Resumo

Visando contribuir com a gestão cooperativa no alcance de melhoria de boas práticas de governança corporativa, este estudo tem por objetivo identificar a adoção de itens de práticas de governança corporativa em uma cooperativa de crédito, assim como analisar a aderência desses itens segundo a percepção dos cooperados. Trata-se de um estudo de caso classificado como exploratório descritivo com abordagem qualitativa. Para análise dos dados fez-se uso da técnica análise de conteúdo com suporte do *software* ATLAS.ti®. Foram criadas cinco categorias de análise, sendo: identificação, Assembleia Geral, Direção Estratégica, Gestão Executiva e Fiscalização. Quanto aos resultados, apesar da identificação de itens de práticas de governança corporativa na cooperativa, esses itens apresentaram divergências entre cooperados com cargos de gestão e colaboradores (G1) e cooperados sem cargos de gestão (G2), permitindo identificar a existência de assimetria informacional, gerando fragilidades em estimular cooperados para participação em assembleias e ao sentimento de pertencimento. A partir desses resultados, espera-se que a referida cooperativa reveja suas práticas de governança, com o objetivo de mitigar conflitos de interesses existentes. Acredita-se que as informações produzidas pela contabilidade em conjunto com as prestações de contas, possuem papel primordial para recuperar a credibilidade do cooperado por meio do aumento da transparência e representação fidedigna. Espera-se que os resultados desse estudo também possam contribuir com pesquisadores em geral e com as linhas de pesquisas em desenvolvimento nos programas de pós-graduação, que tem como ênfase o cooperativismo e necessitam de uma literatura voltada para as práticas de governança cooperativa.

Palavras-chave: Governança Cooperativa. Cooperativa de Crédito. Estudo de Caso. Percepção.

Abstract

Aiming to contribute to the cooperative management in the achievement of good corporate governance practices improvement, this study aims to identify the adoption of corporate governance practice items in a credit union, as well as to analyze the adherence of these items according to the perception of the cooperative members. This is a case study classified as exploratory descriptive with a qualitative approach. For data analysis, the content analysis technique was used with the support of the ATLAS.ti® software. Five categories of analysis were created: Identification, General Assembly, Strategic Direction, Executive Management and Supervision. As for the results, despite the identification of corporate governance practice items in the cooperative, these items presented divergences between cooperative members with management positions and employees (G1) and cooperative members without management positions (G2), allowing the identification of the existence of informational asymmetry, generating weaknesses in stimulating cooperative members to participate in assemblies and the feeling of belonging. It is believed that the information produced by accounting together with the rendering of accounts, have a primordial role to recover the credibility of the cooperative through the increase of the transparency and faithful representation. It is hoped that the results of this study may also contribute to researchers in general and to the research lines that are being developed in postgraduate programs, which emphasize cooperativism and require literature focused on cooperative governance practices.

Keywords: Cooperative governance. Credit Cooperative. Case Study. Perception.

Recebimento: 08/07/2022 | **Aprovação:** 19/06/2023

Editor responsável aprovação: Dra. Luciana Klein

Editor responsável edição: Dra. Luciana Klein

Avaliado pelo sistema: *Double Blind Review*

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v16i1.86695>

1 Introdução

A evolução e o crescimento do modelo do cooperativismo contam com mais de 3 milhões de cooperativas no planeta, gerando 280 milhões de empregos, onde 2,146 bilhões de dólares são gerados pelas 300 maiores cooperativas do mundo (*International Cooperative Alliance* [ICA], 2021). No Brasil, o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2022) retrata os números do cooperativismo para o ano de 2021, dentre os dados extraídos destaca-se a existência de 4.880 cooperativas e 18.887.168 milhões de cooperados, assim como 493.277 mil empregos gerados.

Neste contexto, a representatividade econômica e social das cooperativas fez com que surgisse a demanda por uma gestão que dê ênfase a eficácia e eficiência dos processos organizacionais para mantê-las contínuas e sustentáveis, considerando os princípios e valores do cooperativismo (Fuzinato, Cassol, Batista, & Bernardy, 2019; Rastogi & Verma, 2019).

Alinhado a esse cenário de demanda por uma gestão eficaz e eficiente, surge também a demanda pelas boas práticas de governança corporativa respeitando as características específicas de cada ramo cooperativista (Kyazze, Nkote, & Isingoma, 2017) sendo que, no caso deste estudo, foi dado ênfase ao ramo de crédito, o qual teve um tratamento especial por parte do Banco Central do Brasil [BACEN] (2009) que emitiu as Diretrizes para as boas práticas de Governança Cooperativa para Cooperativas de Crédito.

As discussões referentes a governança corporativa em cooperativas de crédito têm sido objeto de pesquisa de diversos estudos, tanto no contexto internacional (Oino & Itan, 2018; Kothari, 2019; Ahmed & Rugami, 2019) quanto no contexto nacional (Trindade & Bialoskorski Neto, 2014; Sousa Neto & Reis, 2015; Freitas, Amodeo, & Freitas, 2016; Jansen, Maehler, & Wagner, 2018; Favalli, Maia & Silveira, 2020), em que o foco das principais discussões estão relacionadas a governança e assimetrias de informações, governança e conflito de interesses, nível de governança corporativa, *compliance* e governança e eficiência financeira.

Jansen *et al.* (2018) ao medir o nível de governança corporativa nas cooperativas de crédito segundo as diretrizes do Banco Central do Brasil, chegaram à conclusão de que os programas sociais implantados ampliaram a representatividade dos associados na cooperativa, fortalecendo o envolvimento desses cooperados e aumentando sua legitimidade perante os associados e a instituição regulatória.

Em linha, com o objetivo de investigar a aderência da governança corporativa ao *compliance* em uma cooperativa de crédito, Trindade e Bialoskorski Neto (2014, p.31) concluíram que “apesar de que os custos das práticas de *compliance* e *disclosure* da governança corporativa poderem ser considerados elevados pela gestão da cooperativa, os cooperados podem não perceber esses custos”. Afirmam ainda que “a governança corporativa é um investimento para a organização que a adota” (Trindade & Bialoskorski Neto, 2014, p.31).

Ao revisar a literatura, observaram-se duas lacunas principais, a primeira refere-se a abordagem metodológica que geralmente parte de uma investigação quantitativa para identificar assimetrias de informação e respectivos conflitos de interesse e, no caso do presente estudo, partiu-se de uma abordagem qualitativa a partir da percepção de cooperados com cargo de gestão e cooperados sem cargos de gestão, o que em tese, possibilita chegar a evidências mais acuradas sobre o fato investigado.

A segunda lacuna, está na inexistência de estudos que tivessem como foco de análise a governança corporativa da Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Norte – SICCOB Rio Grande do Norte, fundada com o intuito de ser a cooperativa de crédito dos professores e técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e foi incorporada pelo Sistema de Crédito Cooperativo (SICRED) no ano de 2018.

Desta forma, no contexto de crescimento do movimento cooperativista, alinhados aos dizeres de Kyazze *et al.* (2017) a respeito da demanda de boas práticas de governança corporativa, assim como a demanda por uma gestão que dê ênfase a eficácia e eficiência dos processos organizacionais para mantê-las contínuas e sustentáveis (Fuzinato *et al.*, 2019; Rastogi & Verma, 2019) e, sustentado na obrigatoriedade imposta pelo BACEN na necessidade e importância que as boas práticas de governança corporativa

representam para a continuidade e sustentabilidade de uma cooperativa de crédito, surgiu a seguinte questão: quais itens de práticas de governança corporativa são adotados na cooperativa de crédito do Rio Grande do Norte - SICCOOB/RN segundo percepção dos cooperados?

Neste sentido, conforme lacunas identificadas a respeito da assimetria informacional e conflitos de interesse no ramo de cooperativas e seus rebatimentos na governança corporativa, este estudo tem por objetivo identificar a adoção de itens de práticas de governança corporativa em uma cooperativa de crédito, assim como analisar a aderência desses itens segundo a percepção dos cooperados.

O estudo em tela, à luz da teoria da agência, visa contribuir com as discussões sobre problemas de assimetria informacional e mecanismos de governança corporativa. De acordo com a literatura (Sugiyanto & Rahayu, 2018; Carpes & Cunha, 2018; Muhanguzi, 2019), diversos mecanismos de governança atuam para mitigar problemas de agência. Esses elementos abordados foram a independência dos conselheiros, gestão de riscos, remuneração do conselho, presença do comitê de auditoria, diretoria executiva, participação dos cooperados e idade da organização. Nesse contexto, destaca-se que esses elementos são evidenciados no Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa, e conseqüentemente, fundamentam o presente estudo.

Em complemento, apresenta-se a contabilidade e a respetiva divulgação das demonstrações contábeis, possuindo papel primordial para recuperar a credibilidade do cooperado por meio da transparência e representação fidedigna, assim como a respetiva mitigação de conflitos entre cooperados, ainda, a contabilidade está inserida no princípio da governança cooperativa denominado prestação de contas. Assim, espera-se que este estudo contribua para a conscientização da gestão da cooperativa, assim como de todo seu quadro social no sentido de dá atenção às boas práticas de governança corporativa, visto que essas práticas garantem uma gestão transparente à cooperativa.

Espera-se também contribuir com pesquisadores em geral e com as linhas de pesquisas em desenvolvimento nos programas de pós-graduação, que tem como ênfase o cooperativismo e necessitam de uma literatura voltada para as práticas de governança cooperativa, contribuindo assim, com mais um estudo para discussão dos achados.

2 Referencial Teórico

2.1 Sociedades Cooperativas e Cooperativas de Crédito

As sociedades cooperativas são reguladas pela Lei Nº 5.764/71 que define as características gerais desse empreendimento, dentre as características, as que mais se diferem de uma sociedade anônima é o controle da sociedade, que no caso das cooperativas é democrático, que significa “uma pessoa = um voto” e não por quantidades de ações ou quotas.

Diante das características específicas dessas sociedades, associada aos seus valores adotados mundialmente como a autoajuda, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, e os seus princípios de adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade, possuem um jeito atípico de trabalhar e dessa forma vem ganhando destaque na economia mundial (Reis & Teixeira, 2013; Dewangan & Dixit, 2018; ICA, 2019; Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB], 2019).

Em relação aos princípios cooperativistas, Maričić, Škorić e Radenković (2018) e Paredes e Loveridge (2018) discorrem que a educação cooperativa é a base para o atendimento dos demais princípios cooperativistas, discorre-se ainda que sem um processo de educação e capacitação a operacionalização cooperativa tanto no aspecto social quanto econômico tende a encontrar dificuldades.

Por estarem presentes em diversos setores da economia nacional, as cooperativas são divididas por ramos de atuação, atualmente fazem parte 7 (sete) ramos que são: Produção de Bens e Serviços, Infraestrutura, Consumo, Transporte, Saúde, Agropecuário e Crédito, sendo este último ramo, o foco deste estudo (OCB, 2019).

Referente ao ramo de crédito, o BACEN (2019), conceitua as cooperativas de crédito como uma instituição financeira formada pela união de pessoas que trabalham conjuntamente para os seus interesses com o intuito de prestação de serviços financeiros igualmente como encontrado nos bancos comerciais, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos.

Este ramo nos últimos anos tem se destacado na economia brasileira, pois segundo o anuário do cooperativismo brasileiro divulgado pela OCB (2022), as cooperativas de crédito correspondem ao terceiro maior ramo do cooperativismo brasileiro com um total de 763 cooperativas, 13.956.975 cooperados, gerando oportunidade de emprego para 89.381 pessoas. Outros dados indicam que as cooperativas de crédito são as únicas instituições financeiras fisicamente presentes em 275 municípios brasileiros (OCB, 2022).

No Estado do Rio Grande do Norte, conforme o anuário do cooperativismo brasileiro (2022) existem 3 cooperativas de crédito registradas na OCB em 2021 e 2020, com um total de 18.257 cooperados e gerando empregos para 163 pessoas, logo pode-se notar que mesmo permanecendo por 2 anos com a mesma quantidade de cooperativas, ainda sim houve um crescimento aproximado no número de cooperados em 8,34%.

Este crescimento das cooperativas de crédito gerou por parte das mesmas, demandas por uma gestão que proporcionem mais competitividade e que as auxiliassem no atingimento de suas metas, obedecendo aos princípios e valores cooperativistas. Nesse contexto, o BACEN instituiu as diretrizes das boas práticas de governança corporativa para as cooperativas de crédito.

2.2 Governança Corporativa

A governança corporativa surgiu por volta dos anos 80 e 90 por meio de diversos escândalos empresariais que aconteciam pelo mundo, assim, objetivando proteção de seus investimentos, acionistas e investidores demandaram um sistema que pudesse ter regras de monitoramento tanto interno quanto externo para suas organizações (Manzaneque, 2016; Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2019).

No Brasil, a governança corporativa se desenvolveu de forma mais dinâmica a partir dos anos 90 com a abertura do mercado nacional e, em 1995 foi criado o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA) intitulado em 1999 de Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo este o responsável por disseminar as boas práticas da governança usando os guias que auxiliam diversos setores da economia nacional.

Conforme Rastogi e Verma (2019), a governança corporativa está associada pela maneira que uma corporação é dirigida, administrada e controlada, envolvendo interesses internos e externos, que para manter-se o controle entre as partes, deve-se usar mecanismos para controle com o intuito de mitigar possíveis conflitos de interesses. Rastogi e Verma (2019), Jia, Huang e Zhang (2019) definem como objetivo da governança corporativa, a responsabilidade social e administrativa, e a transparência, que possuem o intuito de desenvolver social e economicamente o empreendimento.

Manzaneque (2016), IBGC (2019), Rastogi e Verma, (2019) discorrem que governança corporativa está pautada em princípios que tendem a gerar benefícios e satisfação tanto com os participantes, quanto com os usuários externos, provocada através da: i) transparência nas operações, que consiste na divulgação e disponibilização de todas as informações que norteiam as ações gerenciais; ii) equidade, através do tratamento justo entre os sócios e as partes interessadas; iii) prestação de contas (*accountability*) de modo claro, conciso,

compreensivo e tempestivo e, iv) responsabilidade corporativa, zelando pela viabilidade econômica e financeira da organização.

No entanto, devido às características específicas das sociedades cooperativas, como, por exemplo, seus sócios são ao mesmo tempo, financiadores e usuários dos serviços que a cooperativa opera no mercado, foi preciso criar práticas de governança específicas para esse seguimento, chamadas de governança cooperativa.

2.2.1 Governança Cooperativa

Compreende-se que a governança do setor cooperativo é fundamental para garantir eficácia, responsabilidade e prestação de contas (Hassan, Samad & Shafii, 2018). Nesse sentido, Michaud e Audebrand (2022) tecem que apesar da importância das cooperativas na economia global, verifica-se que essas organizações carecem de estudos por especialistas da área de governança, bem como são mal compreendidas pelo público geral. A Governança Cooperativa tem como princípios a autogestão, o senso de justiça, a transparência, a educação e a sustentabilidade, que tentam mitigar os efeitos da assimetria de informações nas cooperativas com o apoio dos mecanismos internos e externos, ressaltando que as cooperativas têm como principal empecilho para prática de governança, a inexistência de separação da propriedade e de controle e a dupla natureza do cooperado ser em simultâneo proprietário e cliente (Bialoskorski Neto, 2006; Costa & Melo, 2017; Westrup, Camilo, & Estevam, 2018; Maciel, Seibert, Silva, Wbatuba, & Salla, 2018).

A respeito da assimetria informacional, menciona-se a teoria da agência que discute conflitos de interesse entre o principal e o agente. O conflito de interesse e assimetria informacional ocorre a partir do momento em que o agente, na tomada de decisão, não favoreça o contratante, nesse caso, o principal (Jensen & Meckling, 1976). Relacionando com as cooperativas, Bialoskorski Neto (2006), tece que por se tratar de uma sociedade onde as pessoas possuem interesses em comum, as cooperativas estariam longes de vivenciar a realidade da assimetria informacional.

Neste sentido, o sucesso e o fortalecimento da governança cooperativa traz diversos benefícios para as cooperativas, através da ordem e a eficiência nas operações, essas tendem a obterem maior credibilidade, confiança, gestão de riscos, eficiência financeira e competência diante de seus cooperados a partir do momento da adoção dos princípios básicos da governança (Abdullahi, 2018; Sugiyanto & Rahayu, 2018; Favelli, Maia & Silveira, 2020). Em complemento, Tripathy, Paliwal e Nistala (2021) destacam que integrar uma estratégia de boa governança é uma necessidade competitiva, e, que a governança responde às questões-chave de negócios, definindo papéis e responsabilidades, garante responsabilidades, permite vantagem competitiva de longo prazo e orienta o modelo cooperativista para o sucesso socioeconômico e cultural.

No mesmo sentido, a OCB (2015) desenvolveu o Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa, objetivando a diminuição de assimetria de informações nessas sociedades através de um modelo voltado para a direção estratégica embasado nos princípios e valores do cooperativismo. No manual emitido pela OCB (2015) a divisão é feita a partir dos “Agentes de Governança em Cooperativas”, representados por:

Tabela 1

Agentes de governança em cooperativas

Cooperados	São ao mesmo tempo, proprietários e usuários da sociedade.
Assembleia Geral	Órgão soberano da sociedade dentro dos limites legais e estatutários.
Conselho de Administração/ Diretoria	Órgão colegiado, previsto em lei e eleito pela Assembleia Geral, encarregado do processo decisório da cooperativa na esfera de seu direcionamento estratégico. É o principal componente do sistema de governança.

Conselho Fiscal	Órgão colegiado eleito pela Assembleia Geral com poderes estatutários e legais de fiscalizar, assídua e minuciosamente os atos da administração da cooperativa.
Conselho Consultivo	Órgão facultativo, previsto em estatuto e não deliberativo, formado preferencialmente por conselheiros independentes ou externos.
Comitês Sociais ou Núcleos	Órgãos que podem ser divididos por região geográfica, produto, especialidade, gênero ou faixa etária e são compostos por cooperados e familiares.
Comitês Técnicos	Órgãos de apoio e suporte ao Conselho de Administração/Diretoria para assuntos que requerem maior profundidade e detalhamento.
Auditoria Independente	Sua atribuição básica é verificar se as demonstrações econômico-financeiras refletem adequadamente a realidade da cooperativa e apontar melhorias nas práticas dos controles internos.
Gestão Executiva	Conjunto de responsáveis pela execução das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração/Diretoria e deve prestar contas a este órgão.

Fonte: Elaborada pelos autores conforme o Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa.

O BACEN (2009), no que lhe concerne, diante das características específicas das cooperativas de crédito, emitiu um projeto estratégico específico para as cooperativas de crédito denominado de “Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito do Brasil”, que visa garantir a solidez e a eficiência do sistema financeiro e dessa forma reduzir os conflitos de interesses.

As diretrizes do projeto do BACEN são divididas em quatro seções essenciais de governança para as cooperativas, como: Representatividade e Participação, que foca nas assembleias, no processo eleitoral, nos canais de comunicação e informação e na formação cooperativista; na Direção Estratégica e Gestão Executiva, nas quais estão focados as principais atribuições e responsabilidades dos administradores, no item Fiscalização e Controle, foca-se nos associados, auditorias, conselho fiscal, organização sistêmica e na importância dos mecanismos utilizados.

Referente a representatividade e participação, discorre-se que fazer parte das assembleias é de extrema importância em cooperativas que buscam desenvolver uma boa governança cooperativa, pois a representatividade e a participação nas assembleias dão a abertura para que os cooperados possam se expressar e em simultâneo tomar conhecimento das atividades dos conselhos existentes (Kyazze *et al.*, 2017; Kothari, 2019).

Quando não se tem a confiança nas relações dos poupadores e dos tomadores, tanto o conflito de interesses quanto a assimetria de informações nas cooperativas de crédito podem ocorrer com mais facilidade e assim podendo causar manipulação e ocultação das informações entre os cooperados com a cooperativa e vice-versa (Jensen & Meckling, 1976; Bertolin, Santos, Lima, & Braga, 2008; Westrup *et al.*, 2018).

Na relação de direção estratégica e gestão executiva, Thrikawala, Locke e Reddy (2016) comentam que os conselhos que são independentes e a auditoria interna fazem parte do mecanismo de governança e são mais eficientes para o desempenho da sociedade, diminuindo possíveis erros e conflitos e que a composição correta dos diretores, que está voltada para a direção estratégica, fornece diferentes pontos de vistas que podem levar ao melhor desempenho do empreendimento.

A gestão executiva, desempenhada pela gestão operacional, possui um papel de intensa responsabilidade para mitigar os conflitos de interesses, pois está voltada para a supervisão, controle e prestação de contas, desenvolvidas sob a conduta ética, pois o fluxo de informações entre os órgãos de uma cooperativa tem de ser transparente e confiável (Manzaneque, 2016). O desempenho social de uma cooperativa é observado através de uma boa governança cooperativa, em que um sistema bem desenvolvido deixa as relações mais transparentes, mitigando riscos e fortalecendo as relações existentes (Kyazze *et al.*, 2017).

Pesquisas têm sido desenvolvidas no intuito de evidenciar a adoção da governança cooperativa utilizadas em diversificados ramos. Em esfera internacional, Sugiyanto e Andriani (2018) investigaram o

gerenciamento de risco apoiado a uma boa governança corporativa em cooperativas de crédito, os autores evidenciam não haver efeito da implementação do gerenciamento de riscos no sucesso de uma cooperativa, mas há um efeito da implementação do gerenciamento de riscos na boa governança cooperativa.

Muhanguzi (2019) testou a relevância da teoria da agência e examina se os mecanismos de governança corporativa existentes tratam dos problemas de agência em cooperativas de poupança e crédito em Uganda. A investigação foi conduzida por meio de aplicação de questionários e entrevistas pessoais. Em síntese, vários mecanismos de governança corporativa (tamanho do conselho, remuneração, idade da organização) foram testados e, os resultados indicam uma alta probabilidade de reduzir os problemas principal e agente. À vista disso, o autor recomenda a adoção de boas práticas de governança para mitigar a probabilidade de problemas de agência.

Em âmbito nacional, pode-se destacar a pesquisa de Carpes e Cunha (2018) que teve por objetivo analisar a relação entre os Mecanismos de Governança Corporativa (participação dos cooperados, conselho de administração, diretoria executiva, auditoria e conselho fiscal) e os estágios de ciclo de vida organizacional das cooperativas (CVO) agropecuárias localizadas na região Sul do Brasil. A luz da teoria da agência e por meio de levantamento, os resultados evidenciaram a comprovação do desenvolvimento dos mecanismos de governança corporativa através da participação dos cooperados e do conselho de administração nas fases iniciais e seu enfraquecimento a partir do estágio de maturidade. Por fim, os autores ressaltam que as sociedades cooperativas, em diferentes contextos de negócios, estão sujeitas à mesma problemática.

2.2.2 Contabilidade e Prestação de Contas em Sociedades Cooperativas

Como comentado no item anterior, a prestação de contas representa um dos princípios básicos da governança cooperativa. Nesse sentido, a contabilidade se apresenta como um dos elementos fundamentais a efetivação desse princípio (Bengoa, 2009). No caso específico das sociedades cooperativas nas quais todos os sócios cooperados ora podem assumir a função de agente, ora de principal, o quesito prestação de contas assume um papel indispensável para mitigar os conflitos de interesses entre os sócios cooperados (Sugiyanto & Andriani, 2018; Carpes & Cunha, 2018).

No campo das legislações, comenta-se sobre a Interpretação Técnica Geral ITG 2004 – Entidade Cooperativa. A ITG 2004 estabelece critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis, de avaliação e informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para a entidade cooperativa. A ITG 2004 descreve que a entidade cooperativa é aquela que exerce as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular.

Nessa discussão, Abdullahi (2018) e Bengoa (2009) relatam que a contabilidade, quando elaborada corretamente, pode ser usada para demonstrar maior transparência em uma sociedade cooperativa, demonstrando assim uma associação com a boa governança cooperativa e por consequência, reduzir possíveis assimetrias de informações e conflitos de interesses, pois elas tendem a representar fidedignamente a situação econômica e financeira da cooperativa.

A qualidade e o conteúdo das informações financeiras prestada tanto por cooperativas quanto por empresas do capital aberto são de extrema relevância para possíveis investidores e possíveis novos cooperados, pois a qualidade da informação contábil afeta o valor da empresa através das decisões gerenciais cometidas após a sua leitura, influenciando com que essas informações cheguem com mais tempestividade (Dewangan & Dixit, 2018; Kothari, 2019).

Para Bengoa (2009) e Kothari (2019) antes a contabilidade das sociedades cooperativas eram deixadas de lado pois acreditavam que essas não eram tão importantes para a sociedade, mas devido aos altos índices de desempenho alcançados pelas cooperativas foi observado a necessidade desse aperfeiçoamento.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como exploratório descritivo, pois objetiva identificar a adoção de itens de práticas de governança corporativa em uma cooperativa de crédito, assim como analisar a aderência desses itens segundo a percepção dos cooperados. Referente a abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa, e em relação aos procedimentos, como estudo de caso.

O estudo de caso foi realizado na Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Norte – SICOOB/RN, sendo esta denominada Credsuper RN até o ano de 2018, quando a mesma se filiou à Central de cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB). Por essa razão, considerou-se oportuna a realização do estudo na cooperativa selecionada, devido aos seus objetivos de amadurecimento e ampliação da cobertura de atendimento. Ressalta-se que as cooperativas filiadas ao SICOOB adotam modelos de gestão similares, o que possibilita algumas comparações, respeitando as particularidades de cada cooperativa, principalmente o aspecto regional. A Cooperativa estudada está sediada na capital Natal/RN. Optou-se pela realização do estudo de caso, pois, Yin (2001) descreve o procedimento como uma estratégia de pesquisa que visa investigar um tópico empírico, seguindo um conjunto de procedimentos pré-especificados.

3.1 Instrumento de Coleta de Dados

As informações necessárias para atingir ao objetivo proposto foram recolhidas por i) entrevistas semiestruturadas que objetivou investigar a percepção do cooperado a respeito da divulgação de informações, ii) análise de documentos como o estatuto de constituição da cooperativa, manual de boas práticas de governança corporativa, notícias divulgadas pela imprensa e, iii) reunião focal com os membros da gestão, no qual buscou-se compreender a evolução histórica da cooperativa. A triangulação das fontes de dados permitiu que os achados pudessem ser discutidos e cotejados com maior grau de confiança e aprofundamento do caso. Desse modo, “a triangulação aumenta a probabilidade de que as descobertas reflitam um contexto mais amplo do que se pode razoavelmente capturar em uma amostra de participantes voluntários do estudo” (Leavy, 2014, p. 108).

Referente ao questionário, este foi categorizado em cinco partes, sendo: i) elementos de identificação, e informações, ii) assembleia geral, iii) direção estratégica, iv) gestão executiva e, v) fiscalização e controle. A opção pela divisão em blocos dos temas deu-se com o objetivo de abranger e organizar todos os tópicos de interesse na temática e do tempo proposto para a entrevista (Cerqueira, Lopes, & Silva, 2019).

O questionário possui 31 perguntas, sendo 6 perguntas fechadas e 25 abertas. As perguntas fechadas visam identificar a função do cooperado (apenas cooperado ou se possuía algum cargo de gestão), tempo de associação, conhecimento sobre o estatuto, conhecimento sobre princípios e aplicações cooperativistas, assim como sentimento de “dono” da cooperativa.

Dentre as perguntas abertas menciona-se:

- Você acredita que a diretoria da Cooperativa disponibiliza informações suficientes aos cooperados?
- Você acredita que exista alguma informação que apenas a diretoria tem acesso e os demais cooperados não possui acesso?
- Você acredita que isso gera algum conflito na Cooperativa?

- Tem alguma informação que não é disponibilizada e que você gostaria que fosse?
- Quantos conselheiros/diretores fazem parte do Conselho de Administração/Diretoria?
- A cooperativa possui canais institucionais para estabelecer a comunicação direta entre associados e o Conselho Fiscal? (Online, impressos e Digitais como TV, Rádio).
- Você se sente satisfeito com as informações que a cooperativa disponibiliza?
- Você enquanto associado procura conhecer as demonstrações ou relatórios contábeis de sua cooperativa?
- Você conhece o faturamento mensal ou anual da Cooperativa?

3.2 Coleta, tratamento e análise dos dados

Referente a coleta de dados, realizou-se uma visita *in loco* pelos pesquisadores, objetivando a realização de um contato inicial com os gestores e apresentação do propósito do estudo, assim como, realizar o agendamento da realização das entrevistas. Referente ao contato inicial, este foi realizado no mês de setembro de 2019 durante o horário de expediente da cooperativa.

Para identificar a adoção de itens de práticas de governança corporativa, assim como analisar sua aderência, este estudo dividiu os entrevistados em dois grupos (Grupo 1 – G1 e Grupo 2 – G2), sendo o primeiro (Grupo 1) composto por associados da cooperativa que atuam diretamente na gestão, assim como funcionários associados. O grupo (G2) engloba cooperados que não atuavam direta e indiretamente em cargos de gestão. A divisão entre grupos busca compreender a relação de confiança entre cooperados, assim como comparar posições.

Quanto as entrevistas, estas foram realizadas durante a primeira semana de outubro de 2019, o período de aplicação foi recomendado pelos gestores e justificadas por ser período do mês em que há maior demanda por utilização dos serviços fornecidos pela cooperativa. No tocante a aplicação das entrevistas, estas foram realizadas por conveniência e individualmente, que duraram em média 10 (dez) minutos.

Referente ao local de aplicação, as entrevistas com os gestores foram realizadas em sala de reunião, quanto aos demais cooperados, as entrevistas foram realizadas perante autorização nos espaços de circulação entre a fila de espera de atendimento e entrada da cooperativa. Foram realizadas trinta (30) entrevistas, em que, proporcionou saturação de respostas.

Quanto a análise, usou a análise de dados descritivos e de conteúdo. Referente a análise de conteúdo, Bardin (2016) descreve a análise como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens. Conforme a técnica, a análise foi dividida em três polos cronológicos: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

- 1) **Pré-análise:** consiste na fase de organização e sistematização de ideias. Nessa fase, foi realizada a elaboração do questionário e aplicação de um pré-teste cujo objetivo foi melhorar e validar a adequação do documento ao objetivo proposto.
- 2) **Exploração do material:** esta fase consiste essencialmente na realização de operações de codificação e decomposição de dados.
- 3) **Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação:** nesta fase, as informações coletadas são transformadas em dados significativos e válidos.

Ainda, foram definidas cinco categorias de análise, justificadas conforme a tabela 2. Sendo que a primeira categoria, foi proposta pelos pesquisadores.

Tabela 2

Categorias de análise

Categoria	Descrição
i) Identificação	Visa segregar a percepção dos entrevistados enquanto cooperados membros da gestão e funcionários de cooperados sem cargos, assim como tempo de associação, identificação dos princípios cooperativistas e práticas.
ii) Assembleia Geral	Visa identificar os mecanismos de comunicação da assembleia geral, formas de convocação, grau de participação dos cooperados e sugestão de ideias, assim como documentações e entendimentos.
iii) Direção Estratégica	Visa identificar a emissão e disponibilidade de informações, como quantidade de membros, discussões sobre remunerações, assimetria de informações entre cooperados e grau de satisfação.
iv) Gestão Executiva	Visa identificar percepções a respeito do processo e execução dos cooperados no que diz respeito ao exercício de sua função e satisfação das informações disponibilizadas.
v) Fiscalização	Visa identificar os canais institucionais, formas de acesso de informações, entendimento e frequência das divulgações, conhecimento sobre faturamento e percepção quanto a satisfação dos cooperados.

No que remete ao tratamento de dados, estes foram organizados e tabulados em planilha eletrônica conforme o roteiro de perguntas do questionário. Em seguida, os dados brutos codificados e categorizados receberam suporte do *software* ATLAS.ti® através das funções codificação e grupo de redes, que geraram figuras conforme as repostas dos entrevistados. Para melhor compreensão do estudo, apresenta-se o desenho da pesquisa, conforme a tabela 3:

Tabela 3

Procedimentos metodológicos

Questão de pesquisa	Quais itens de práticas de governança corporativa são adotados na cooperativa de crédito do Rio Grande do Norte, -SICOOB/RN segundo a percepção dos cooperados?		
Objetivo Geral	Identificar a adoção de itens de práticas de governança corporativa em uma cooperativa de crédito, assim como analisar a aderência desses itens segundo a percepção dos cooperados.		
Coleta de dados	Entrevista com gestores.	Questionários semiestruturados	Documentos
Análise dos dados	Análise de Conteúdo	Análise de Conteúdo	Análise de Conteúdo

4 Resultados e Discussões

i) Identificação

A presente categoria apresenta a percepção dos entrevistados enquanto cooperados membros da gestão e funcionários associados (Grupo 1 – G1) de cooperados sem cargos (Grupo 2 - G2), assim como tempo de associação, identificação dos princípios cooperativistas e práticas. O grupo 1 foi composto por quinze (15) entrevistados que continham cargos de presidente, diretor executivo, conselheiro de administração, conselheiro fiscal e funcionários de atendimento da cooperativa. Dos quinze (15) entrevistados, onze (11) deles são associados a cooperativa a mais de quatro anos, dois (2) estavam associados a mais de dois anos e dois (2) associados ingressaram na cooperativa a mais de um ano.

Referente ao segundo grupo de análise (Grupo 2), este foi composto por quinze (15) entrevistados, em que foram abordados de forma aleatória após a finalização de seus atendimentos na agência. Com relação a este grupo, treze (13) respondentes são cooperados a mais de quatro anos e dois (2) cooperados associados a mais de dois anos.

Em primeira análise, pode-se comparar o período de associação dos cooperados entre os dois grupos, sendo possível evidenciar que os cooperados que não possuem cargo de gestão, estão em sua maioria com maior tempo de associação. Para os dois grupos, quando questionados se, enquanto associados, o cooperado se sente dono da cooperativa, os entrevistados responderam da seguinte forma:

Para o “G1”, apenas dois (2) cooperados responderam que não se sentem donos da cooperativa, diferente dos respondentes do “G2”, no qual, onze (11) entrevistados responderam que não se sentem donos da cooperativa, resultado este que evidencia uma contradição de respostas entre os grupos. Outro questionamento realizado está relacionado a leitura estatutária da cooperativa, onde os resultados para o “G1” indicam por unanimidade que todos realizaram a leitura do estatuto, enquanto para o “G2”, a maioria dos entrevistados (9 respondentes) evidenciaram a não leitura do documento. No que diz respeito aos princípios cooperativas, os entrevistados do “G1” responderam em sua totalidade, conhecer os princípios, assim como afirmaram também em sua totalidade que a cooperativa os aplica.

A respeito dos mesmos questionamentos para o “G2”, as afirmações evidenciadas não seguiram a mesma série de respostas do “G1”, em que oito (8) entrevistados evidenciaram não conhecer os princípios cooperativistas, no entanto, um resultado que despertou curiosidade por parte dos pesquisadores são as respostas do questionamento a respeito do conhecimento se a cooperativa aplica os princípios, pois dez (10) entrevistados responderam que a cooperativa aplica os princípios, este resultado pode ter como possível explicação a confiança dos cooperados sem funções na gestão da cooperativa, dado que os mesmos não conhecem os princípios, porém afirmam dizer que a cooperativa aplica os mesmos. Ressalta-se que a listagem dos princípios cooperativistas não foi apresentada na abordagem dos entrevistados.

Nesta linha, pode-se resgatar os dizeres de Kyazze *et al.*, (2017) os quais discorrem que a governança corporativa em cooperativas tem o intuito de estabelecer compromissos baseados na reciprocidade e em manter a confiança entre os membros. Logo, a presente análise evidencia confiança por parte dos cooperados ao afirmarem acreditar que a cooperativa aplica os princípios cooperativistas. Cabe destacar nessa discussão, a deficiência de conhecimento dos cooperados do “G2” a respeito dos princípios, observação esta que pode ter como explicação, o desinteresse por formação educacional em cooperativismo.

As percepções exploradas no presente estudo, corroboram os achados de Dewangan e Dixit (2018) quando apontam em sua pesquisa que os principais motivos para a baixa participação de cooperados em assembleias são a “confiança dos associados na administração da cooperativa” (32,2%) e a “falta de conhecimento do associado a respeito da sua importância na assembleia” (27%).

Segundo Dewangan e Dixit (2018) a base para o bom funcionamento da cooperativa está fundamentada nos princípios e valores do cooperativismo, assim como, dificilmente uma cooperativa consegue ser sustentável e contínua sem o atendimento aos princípios básicos do cooperativismo, logo se evidencia preocupação quanto aos entrevistados do “G2”.

Por fim, destaca-se conforme as diretrizes de boas práticas para a governança em cooperativas e o estatuto social da cooperativa (Capítulo II – Objeto Social, alínea III, quando visa a formação educacional de seus associados no sentido de fomentar o cooperativismo), a relevância da utilização dos princípios cooperativistas e o comprometimento com a educação cooperativista por parte dos seus associados para melhorar as boas práticas de governança.

[...]Valores como transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas são bases para as diretrizes [...]. (Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito, 2009).

ii) Assembleia Geral

Nesta categoria, discutem-se as percepções dos entrevistados a respeito do processo de participação dos cooperados nas assembleias gerais, em que é descrito consoante as diretrizes do Guia de governança cooperativa emitida pelo Banco Central do Brasil como o órgão soberano da sociedade. Na figura 1, resume-se as respostas das entrevistas, sendo estas evidenciadas por serem as respostas de maior frequência.

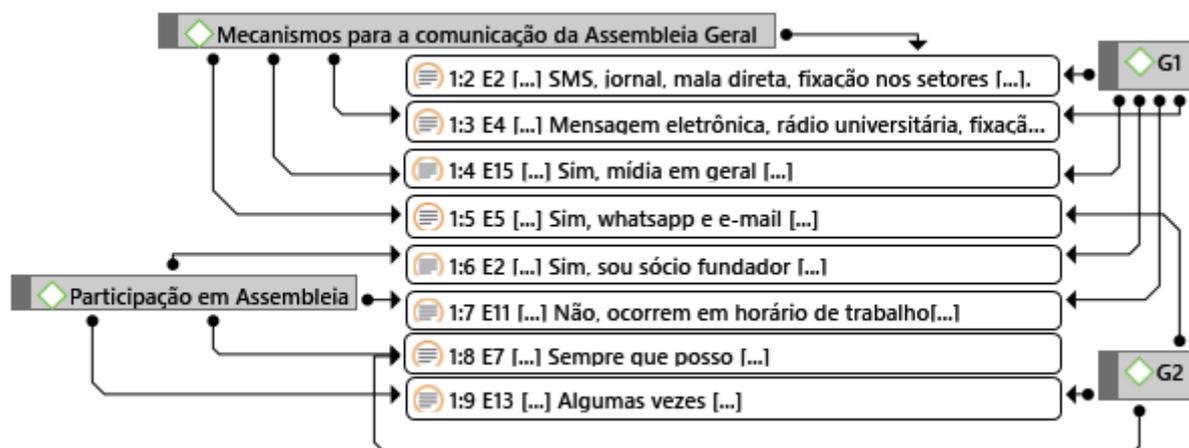


Figura 1. Itens de Assembleia Geral.

Referente aos mecanismos de comunicação da Assembleia Geral, os cooperados do “G1” destacam que a comunicação das assembleias ocorre pelos seguintes meios: rádio universitária, SMS, jornal, mala-direta, fixação nos setores do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e-mail, WhatsApp, e redes sociais em geral. As respostas do “G2” são direcionadas aos canais de comunicações “mensagem direta e e-mail. Ainda, sobre os mecanismos de comunicação, considera-se este item como fundamental para a boa governança, dado que os associados representam elemento indispensável de controle interno e orientação estratégica da organização (BACEN, 2009).

Quando questionados se enquanto associados os mesmos costumam participar das assembleias, os cooperados do “G1”, em sua maioria (10 cooperados) participam das assembleias, diferente das respostas dos associados do “G2” (9 cooperados), dentre as respostas do “G2” está: [...] não, ocorrem em horário de trabalho [...], [...] sempre que posso [...] e [...] algumas vezes [...].

Diante deste cenário, observa-se que os cooperados do “G2” não atendem aos deveres e direitos dos associados disponíveis nos capítulos II e III do Estatuto Social, no qual, cita-se: [...] são deveres dos associados [...], [...] satisfazer... os compromissos que contrair com a cooperativa [...]. Capítulo III. [...] tomar parte nas assembleias, discutir e votar assuntos que nelas forem tratados [...]. Cabe ressaltar que, conforme as diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em Cooperativas – (BACEN, 2009), a participação dos associados é pouco expressiva. Consoante os dados mencionados cerca de 5% a 10% assinam a lista de presença.

Diante das entrevistas, pode-se discorrer sobre a fragilidade da cooperativa a respeito da participação dos cooperados, em que pode prejudicar o desenvolvimento de boas práticas de governança. Apóia-se esses resultados com os dizeres de Kyazze *et al.*, (2017) e Kothari (2019) quando reforçam a relevância da participação dos cooperados em assembleia, pois a representatividade e a participação dão abertura para que os cooperados possam se expressar e, ao mesmo tempo tomar conhecimento das atividades dos conselhos existentes.

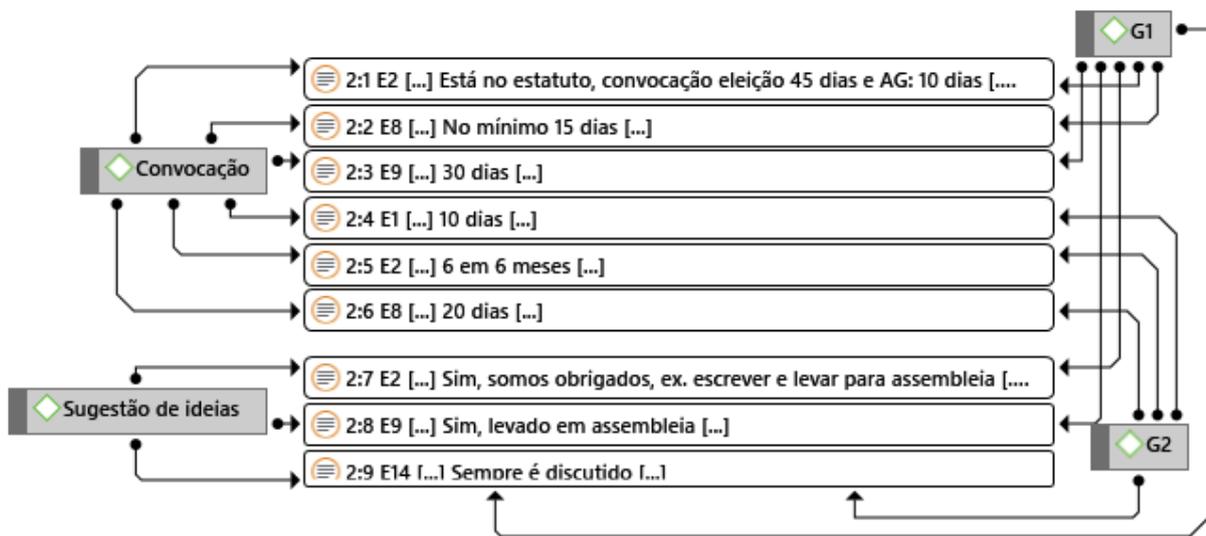


Figura 2. Itens de Assembleia Geral.

No que diz respeito ao processo de convocação da Assembleia, questionou-se quantos dias antes da mesma ocorre a convocação. O conteúdo das respostas foi analisado por frequência, sendo que a maioria dos respondentes (40%) do “G1” disseram que a convocação da assembleia é realizada quinze dias antes, as demais respostas (60%) ficaram divididas entre 15 e 30 dias. Para o “G2”, mais da metade dos entrevistados (9 entrevistados) responderam que a convocação ocorre entre 7 a 10 dias. As demais respostas dividiram-se entre 20 dias e até “acontece a cada seis meses”.

Referente ao prazo de convocação, este está destacado na seção III do Estatuto Social definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2018, conforme o seguinte trecho: [...] Art. 40. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma triplice e cumulativa [...]. (Estatuto Social da Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Norte, SICOOB/RN, 2018).

Conforme observado no trecho acima, tanto na percepção de cooperados do grupo 1 e cooperados do grupo 2, os prazos mencionados em sua maioria não condiz com o descrito no Estatuto Social evidenciando a não leitura ou leitura equivocada do mesmo.

Quando questionados sobre a necessidade de sugestão de ideias, se a cooperativa escuta e viabiliza a implantação, os cooperados do “G1” discorrem em sua maioria que sim, as ideias são ouvidas, e sendo levadas para assembleia, assim como a maioria dos entrevistados do “G2”. Nesse item, observa-se cumprimento do item de participação cooperativa disponível nas diretrizes de governança do Banco Central do Brasil, que destaca:

[...] A participação dos associados na cooperativa deve ser estimulada com ambientes e instrumentos que possibilitem a eles que se expressam e sejam ouvidos. Assim, desenvolve-se o senso de pertencimento, de propriedade e de capacidade de influenciar os rumos da cooperativa [...]. (BACEN, 2009).

Cabe destacar que a cooperativa estudada aderiu ao convênio para o compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria definido pelo SICOOB, cujo objetivo é criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria.

Mais uma vez, retornam-se as discussões a respeito do fomento à educação de associados, no qual

poderia diminuir a ausência dos cooperados em assembleias. Assim como a utilização de manuais de facilitação e estímulo para participação em assembleias, considerações estas suportadas pelos dizeres de Maričić *et al.*, (2018).

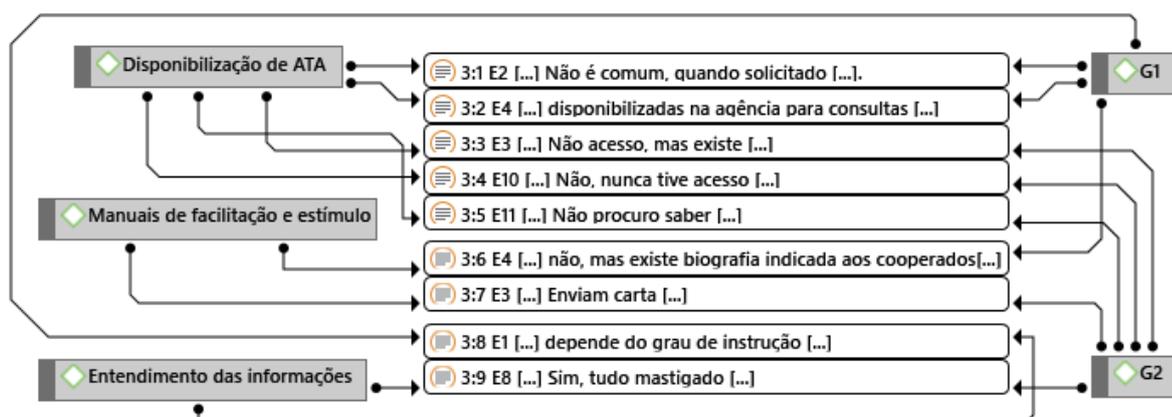


Figura 3. Itens de Assembleia Geral.

Na discussão sobre a disponibilização das atas de assembleias, o “G2” evidencia em sua maioria que não possuem acesso, diferente do “G1”, o qual relata que estas são disponibilizadas na agência para consulta. Quando perguntados se conseguem entender as informações disponibilizadas em assembleia, os entrevistados do “G1” mencionaram, em sua maioria, entender as informações, mas comenta-se conforme a resposta do Entrevistado 1 que depende do grau de instrução do associado. Os respondentes do “G2”, em sua maioria, discorrem que as informações são entendíveis, nessa linha, destaca-se o trecho do entrevistado 8 que relata: [...] sim, tudo mastigado [...] que dá a entender que as informações possuem grau de detalhamento satisfatório.

Neste contexto, resgata-se os dizeres de Maričić *et al.*, (2018) que a educação cooperativa é a base para o atendimento dos princípios cooperativistas, os autores supracitados também acrescentam que sem um processo de educação e capacitação a operacionalização cooperativa tanto no aspecto social quanto econômico tende a ter dificuldades.

Por fim, destaca-se a importância de participação dos cooperados em assembleias, assim como do fortalecimento dos mecanismos de comunicação, convocação, sugestão de ideias e entendimento das informações, pois a fraca participação em assembleias contribui para fragilizar os sistemas internos de controle e monitoramento, onde favorece a ocorrência de ações oportunistas e a assimetria de informações (BACEN, 2009).

iii) Direção Estratégica

Referente a categoria direção estratégica, a figura 4 visa mencionar os principais trechos dos entrevistados quanto ao processo de disponibilidade e emissão de informações, discussão sobre remunerações e informações para um grupo de cooperados.

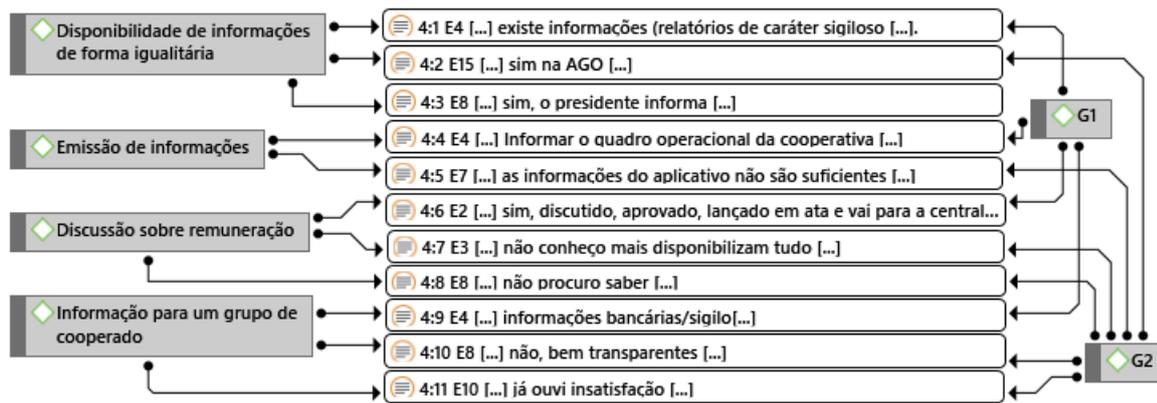


Figura 4. Itens de Direção Estratégica.

No item disponibilidade de informações, tanto o “G1” (12 entrevistados) quanto o “G2” (12 entrevistados) evidenciaram acreditar que a diretoria executiva disponibiliza informações suficientes aos cooperados. Destacam-se os seguintes trechos do “G2”: E8: [...]Sim, o presidente informa [...] e E11: [...] atende minha necessidade [...].

Sobre emissão de informações, perguntou-se aos entrevistados se teria alguma informação que não é disponibilizada e eles gostariam que fosse, como resultado das entrevistas do “G1”, apenas um respondente disse que gostaria que fosse informado o quadro funcional da cooperativa e a forma de admissão dos colaboradores (funcionários). Referente ao “G2”, os resultados não diferem, porém, destacam-se os seguintes trechos: E1: [...]os funcionários precisam de treinamento para melhor atendimento [...] e E7: [...] as informações do aplicativo não são suficientes[...], referindo-se a falta de detalhamento das informações financeiras.

Com base nas percepções, não se evidencia a presença de assimetria informacional no item direção estratégica, diferente dos resultados encontrados no estudo de Costa e Melo (2017) que identificou elementos que contribuem para a ocorrência de assimetria informacional.

Outro item de questionamento está relacionado com a quantidade de conselheiros da gestão, com base das respostas dos entrevistados, evidencia-se ausência de conhecimento a respeito da quantidade certa de conselheiros, tanto para o “G1” quanto para o “G2”, quando prevaleceu a resposta de “não sei” e “não lembro”. Citam-se as seguintes respostas para o “G1”: E2: [...]11 conselheiros e executivos[...], E3: [...]CA: 11, CF: 3 titulares e 3 suplentes e diretoria executiva[...], e as seguintes respostas para o “G2”: E5: [...]não sei, mas são 12 se não me engano[...], E8: [...]não procuro saber[...].

Referente ao item de discussão sobre remuneração dos gestores o “G1”, em sua maioria (12 entrevistados) evidenciaram que a discussão é realizada em assembleia, sendo que o restante (3 entrevistados) evidenciaram não saber a resposta. Para o “G2”, as respostas dão suporte para a discussão envolvendo a falta de interesse pelos cooperados, em que evidenciaram “não conhecer” e “não procuro saber”, cabe destacar o trecho do entrevistado 3, E3: [...]não conheço, mas disponibilizam tudo[...], demonstrando mais uma vez a confiança na gestão.

Quanto ao item grau de satisfação das informações disponibilizadas, todos os respondentes do “G1” evidenciaram satisfação. Para o “G2”, as percepções corroboram o “G1” quase que de forma unânime, destacam-se os trechos “gosto daqui” e “me sinto plenamente satisfeito”, porém, como oposição citam-se: E7: [...]Meio a meio, não tenho informação do meu cartão [...]. E10: [...]não tenho acesso, não sei o que fazem [...]. Referente a resposta E10, o respondente mencionou que o aplicativo não fornece informações financeiras suficientes.

Para o item de informação de forma igualitária, a única resposta do “G1” que evidencia assimetria informacional é a do entrevistado E4, o qual discorre que existem informações de caráter sigiloso de conhecimento dos conselheiros. Para o “G2”, as únicas respostas que evidenciam assimetria informacional

são evidenciadas em forma de dúvida, como: “acho que sim” e “não sei”, as presentes percepções não corroboram os achados de Costa e Melo (2017) quando investigaram os conflitos de agência em cooperativas creditícias e citaram o domínio da organização por membros do corpo diretivo como um dos fatores que contribuem para a ocorrência de conflitos de agência.

Nesta linha de assimetria informacional, se reforça os dizeres do item anterior, que para o “G1” existem informações de conhecimento somente da diretoria como sigilo bancário e que essa orientação é informada aos associados. Para o “G2”, as respostas discorrem sobre a boa transparência dos gestores, porém já ouviram insatisfação. Quando questionados se a assimetria informacional gera conflito para a cooperativa, os grupos possuem níveis de respostas semelhantes, suporta-se análises conforme os seguintes trechos do “G1”: “os conselheiros dão suporte na análise dos demonstrativos” e “as informações são públicas”, para o “G2”, destacam-se os seguintes comentários: “nunca vi conflito aqui” e “na mudança de nome da cooperativa, não sabemos os trâmites”.

iv) Gestão Executiva

A respeito da categoria Gestão Executiva, buscou-se a percepção dos entrevistados sobre os membros do conselho fiscal e exercício da função, assim como a satisfação das informações disponibilizadas pelos gestores do conselho.

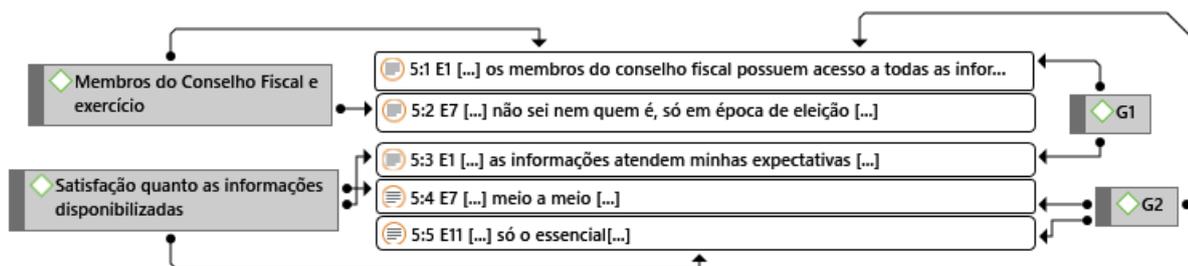


Figura 5. Itens de Direção Executiva.

Quando perguntados se os membros do conselho fiscal possuem acesso individualizado a todos os documentos e informações ao exercício de sua função, os 15 respondentes do “G1” evidenciam percepções positivas. Para o “G2”, 9 entrevistados discorreram sobre “não”, “não sei” e “não sei quem é, só em época de eleição”, nesse sentido, demonstra-se diferenças entre os dois grupos de cooperados.

Quando questionados sobre a satisfação com as informações disponibilizadas pelo conselho, os entrevistados do “G1” também demonstraram unanimidade de satisfação, para o “G2”, as respostas não se modificaram muito, ficando apenas uma percepção desfavorável, no qual discorre que se sente “meio a meio” com as informações disponibilizadas.

Destarte Manzaneque (2016) a gestão executiva possui um papel de intensa responsabilidade para mitigar os conflitos de interesse, pois está voltada para a supervisão, controle e prestação de contas, desenvolvidas sob a conduta ética, na qual o fluxo de informações entre os órgãos de uma cooperativa tem de ser transparente e confiável.

Para o presente estudo, com relação ao item discutido, identifica-se confiança dos entrevistados na gestão da cooperativa enquanto se evidencia desconhecimento por parte dos entrevistados do “G2” sobre os membros da gestão terem acesso individualizado a todos os documentos e informações ao exercício de sua função.

v) Fiscalização

A respeito da categoria de fiscalização, discorre-se sobre os canais institucionais entre associados e conselho fiscal, seis (6) respondentes do “G1” e dois (2) respondentes do “G2”, relataram não conhecer os canais institucionais. Para os restantes dos entrevistados, comenta-se sobre a existência de diversos canais, no qual os mais citados são: grupos de WhatsApp, jornais, rádio, TV e e-mail.

Quanto ao acesso às demonstrações contábeis, tanto o “G1” quanto o “G2” demonstraram ter acesso, assim como procuram entender as informações. Os entrevistados do “G1” destacam que as informações são impressas e disponibilizadas em assembleia, assim como disponibilizadas quando solicitado, destaca-se a resposta do entrevistado E15, quando comenta sobre o grau de instrução, que reforça a ideia de se praticar a educação cooperativa.

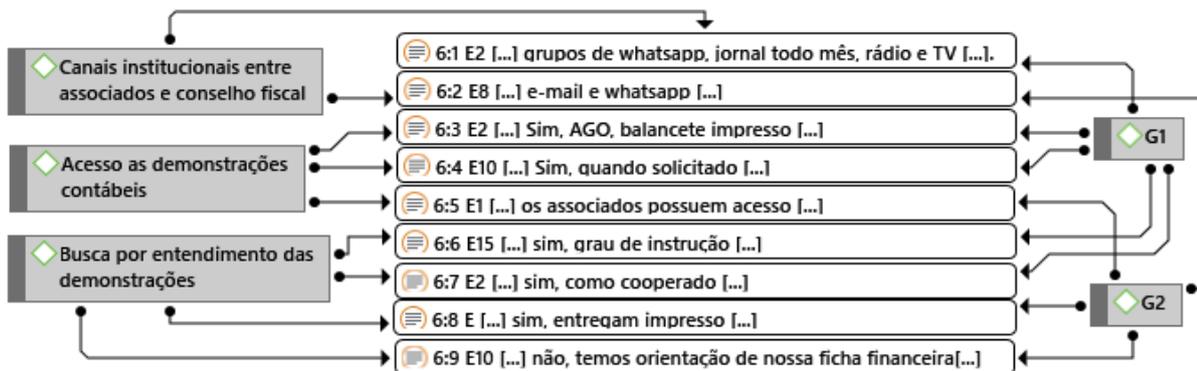


Figura 6. Itens de Fiscalização.

Referente a frequência de apresentação das informações, não se chegou a uma unanimidade em ambos os grupos, no qual os entrevistados relataram diversas opções como: mensal, semestral e anual. No que se refere ao conhecimento sobre faturamento, dos 15 entrevistados do “G1” apenas um respondente mencionou não conhecer, pois dava apenas expediente. Quanto a satisfação com a cooperativa sobre a prestação de contas, todos os entrevistados do “G1” responderam estarem satisfeitos.

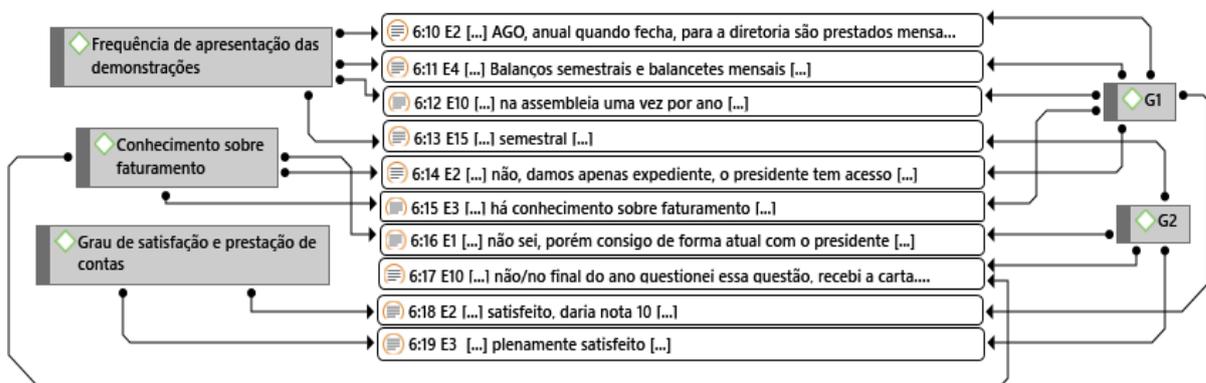


Figura 7. Itens de Fiscalização.

Para o “G2”, discorre-se que 10 entrevistados mencionaram não conhecer a frequência de apresentação das informações, no qual as respostas são justificadas por: “não sei, porém, consigo me informar pessoalmente com o presidente”, “sem tempo”, “não venho para as assembleias” e “no final do ano questionei essa questão, recebi a carta e recebi metade das participações”. Por fim, referente a satisfação dos

entrevistados do “G2” sobre a prestação de contas da cooperativa, apenas 2 cooperados relataram que a cooperativa possui problemas.

A respeito do item fiscalização e prestação de contas, encontra-se em Bengoa (2009) e Kothari (2019) os benefícios para se trabalhar o bom uso da informação, pois seu bom uso diminui os conflitos de agência que tendem a ocorrer em diversos tipos de empreendimentos, incluindo cooperativas. Nesse sentido, evidencia-se relevância da contabilidade e informações produzidas como mecanismo para fortalecimento dos itens de fiscalização e, conseqüentemente, mitigar assimetria informacional.

Como síntese dos resultados, a partir da análise das cinco categorias, foi possível identificar fortes divergências entre os grupos “G1” Cooperados com cargos de gestão e colaboradores, e “G2” Cooperados sem cargos de gestão. Dentre essas divergências destaca-se a identidade cooperativa, pela qual foi possível observar que grande parte dos entrevistados do “G1” se sentem donos da cooperativa, enquanto a maioria dos entrevistados do “G2” indicou não possuir este sentimento de posse, fato este que pode ser prejudicial à implementação de práticas de governança corporativa, visto que essa não identidade pode gerar desconfiças entre agentes e principais. Esse resultado acaba confrontando a linha de pensamento que discorre que o principal empecilho para a prática de governança é a inexistência de separação da propriedade (Bialoskorski Neto, 2006; Costa & Melo, 2017; Westrup, Camilo, & Estevam, 2018; Maciel, Seibert, Silva, Wbatuba, & Salla, 2018).

Quanto à identificação dos itens de práticas de governança corporativa na SICOOB/RN foi possível observar que ambos os grupos “G1” e “G2”, sinalizaram a prática de itens de governança corporativa, porém com divergências de percepções. Pode-se destacar, por exemplo, no que se refere às Assembleias, apesar de todos os cooperados sinalizarem cumprimento dos itens investigados, foi possível identificar divergências quanto aos mecanismos de comunicação da Assembleia Geral, em específico, no processo e prazos de convocação. Também, foi possível identificar opiniões opostas quanto à participação nas Assembleias, disponibilização de atas, manuais de facilitação e estímulos e entendimento das informações.

Na análise da categoria Direção Estratégica todos os itens de governança também foram identificados, porém, com divergências de percepção quanto à disponibilidade de informações de forma igualitária e conseqüentemente, emissão de informações, quantidade de membros da gestão, discussões sobre remunerações e grau de satisfação. As divergências também ocorreram na categoria de análise Direção Executiva, pois os cooperados que não ocupam cargos de gestão “G2” em sua maioria, sinalizaram não conhecerem os membros do conselho fiscal, fato que não ocorre com os cooperados do “G1”.

Por fim, na última categoria de análise Fiscalização, as divergências foram sinalizadas nos itens referentes a existência de canais institucionais entre os associados e o conselho fiscal, acesso e entendimento e frequência de apresentação das demonstrações contábeis, conhecimento sobre o faturamento da cooperativa e o grau de satisfação quanto à prestação de contas.

5 Conclusões

Visando contribuir com a gestão cooperativa no alcance de melhoria de boas práticas de governança corporativa, o presente estudo objetivou identificar a adoção de itens de práticas de governança corporativa em uma cooperativa de crédito, assim como analisar a aderência desses itens segundo a percepção dos cooperados.

Consoante as análises, foi possível identificar práticas de governança na cooperativa, como mecanismos de comunicação por meio de rádio universitária, aplicativos de mensagens, divulgação de assembleia em murais, jornais e outros. Direção estratégica por meio da disponibilidade de informações sobre remuneração, gestão executiva e fiscalização. Nesse sentido, considera-se que a questão de pesquisa foi respondida.

Em suma, os resultados indicam controvérsias entre os cooperados do Grupo 1 e Grupo 2, desse modo, menciona-se que a maioria dos cooperados sem cargos não possuem sentimento de posse, ainda, se verifica falta de alinhamento quanto aos prazos de convocação e disponibilização de atas, remuneração dos gestores, conhecimento de quem ocupa cargos do conselho fiscal e conhecimento sobre o faturamento da cooperativa.

Os resultados permitem identificar a existência de assimetria informacional, gerando conseqüentemente, conflitos de interesses entre cooperados com cargos de gestão e cooperados que não fazem parte da gestão. À vista disso, entende-se que assimetria informacional entre os cooperados pode ser amenizada com a efetivação de mecanismos de comunicação e esforços para a implementação efetiva de educação cooperativista.

Assim, pode-se concluir que apesar de serem identificados os itens de governança corporativa presentes na SICOOB/RN, o sistema de governança presente na cooperativa apresenta fragilidades em atingir seus cooperados e carece de fortalecimento. Desse modo, espera-se que a referida cooperativa reveja suas práticas de governança, com o objetivo de mitigar conflitos de interesses existentes. Acredita-se que as informações produzidas pela contabilidade em conjunto com as prestações de contas, possuem papel primordial para recuperar a credibilidade e confiança do cooperado por meio do aumento da transparência e representação fidedigna.

Quanto as limitações, descreve-se sobre a quantidade de entrevistados, pois, se optou pelo quantitativo de cooperados, nesse caso 30 pessoas, que frequentaram a cooperativa no período estipulado para coleta dos dados, no entanto, tais limitações não invalidam o estudo. Sugere-se para novos estudos a análise de percepção e identificação ou não, de itens de governança corporativa em outros ramos de cooperativa assim como, a utilização de um maior número de entrevistados e outros procedimentos metodológicos.

Como caminho para desenvolvimento da área de conhecimento, discorre-se sobre a formação educacional de cooperados, pois, questiona-se: as cooperativas de crédito estão captando cooperados ou correntistas equiparados aos clientes de instituições financeiras privadas? Nesse sentido, sugere-se o desenvolvimento de estudos com foco no princípio cooperativista educação, formação e informação, visando explorar deficiências e impulsionadores para o sucesso da governança cooperativa.

Referências

- Abdullahi, N. A. (2018). Cooperative Societies and Microenterprise Financing in Nigeria: A Literature Approach. *Journal of Finance, Accounting and Management*, 9(1), 1-22.
- Ahmed, A. F., & Rugami, M. (2019). Corporate governance and performance of savings and credit cooperative societies in Kilifi County, Kenya. *International Academic Journal of Economics and Finance*, 3(3), 61-79. Available Online at: http://www.iajournals.org/articles/iajef_v3_i3_61_79.pdf
- Banco Central do Brasil (2009). *Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito do Brasil*. Recuperado em 02, fevereiro, 2020, de https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf
- Banco Central do Brasil (2019). *O que é cooperativa de crédito?*. Recuperado em 22, janeiro, 2020, de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bengoa, I. A. (2009). Accounting in a cooperative company. *International Journal of Technology Management & Sustainable Development*, 8(1), 57-67.
- Bertolin, R. V., Santos, A. C., De Lima, J. B., & Braga, M. J. (2008). Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 12(1), 59-81. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552008000100004>
- Bialoskorski Neto, S. (2006). Aspectos econômicos das cooperativas. Mandamentos.

- Carpes, A. M.S., & da Cunha, P. R. (2018). Mecanismos de Governança Corporativa nos Diferentes Ciclos de Vida de Cooperativas Agropecuárias do Sul do Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 80-99. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a5
- Cerqueira, A. V. L., Lopes, E. L., & da Silva, J. G. (2019). Experience Marketing Backstage: The View of the Managers in the Application of Branding Strategies Through Actions of Sponsorship and Development of Projects and Events. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 11(1). <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2019.v11i1.371>
- Conselho Federal de Contabilidade. Aprova a ITG 2004. Recuperado em 25, setembro, 2022, de http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2017/ITG2004.
- Costa, E. G., & Melo, A. A. D. O. (2017). Governança corporativa: conflitos de agência em cooperativas de crédito mineiras. *Gestão & Planejamento-G&P*, 18. doi:10.21714/2178-8030gep.v18.4164
- Dewangan, A., & Dixit, A. (2018). A Review of Problems and Challenges of Cooperative Societies. *Clear International Journal of Research in Commerce & Management*, 9(8).
- Favalli, R. T., Gori Maia, A., & da Silveira, J. M. F. J. (2020). Governance and financial efficiency of Brazilian credit unions. *RAUSP Management Journal*, 55(3), 355–373. <https://doi.org/10.1108/rausp-02-2019-0018>
- Freitas, A. F., Amodeo, N. B. P., & de Freitas, A. F. (2016). Mecanismos Sociais na Regulação de Operações Financeiras em Cooperativas de Crédito. *Desenvolvimento em Questão*, 14(33), 267-300. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.33.267-300>
- Fuzinato, N. M., Cassol, F. E., Batista, C., & Bernardy, R. J. (2019). Os impactos do cooperativismo de produção no desenvolvimento de pequenos municípios. *Gestão E Sociedade*, 13(35), 2901-2929. <https://doi.org/10.21171/ges.v13i35.2551>
- Hassan, R., Samad, R. R., & Shafii, Z. (2018). Shari'ah governance practices in credit cooperatives in Malaysia. *Al-Shajarah: Journal of the International Institute of Islamic Thought and Civilization (ISTAC)*, 89–109. Retrieved from <https://journals.iium.edu.my/shajarah/index.php/shaj/article/view/717>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2019). *O que é governança corporativa?*. Recuperado em 22, janeiro, 2020, de <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>
- International Cooperative Alliance (2021). *Facts and figures*. Recuperado em 24, setembro, 2022, de <https://www.ica.coop/en/cooperatives/facts-and-figures>
- International Cooperative Alliance (ICA). (2019). *What is a cooperative?*. Recuperado em 22, fevereiro, 2020, de <https://www.ica.coop/fr/coop%C3%A9ratives/quest-ce-quune-cooperative>
- Jansen, A., Maehler, A., & Wegner, D. (2018). Cooperative Governance and the Legitimacy Dilemma: A Case Study in a Credit Cooperative. *Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)*, 17(3), 61-80. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v17i3.2602>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jia, N., Huang, K. G., & Man Zhang, C. (2019). Public Governance, Corporate Governance, and Firm Innovation: An Examination of State-Owned Enterprises. *Academy of Management Journal*, 62(1), 220–247. <https://doi.org/10.5465/amj.2016.0543>
- Kothari, S. P. (2019). Accounting Information in Corporate Governance: Implications for Standard Setting. *The Accounting Review*, 94(2), 357-361. <https://doi.org/10.2308/accr-10651>
- Kyazze, L. M., Nkote, I. N., & Wakaisuka-Isingoma, J. (2017). Cooperative governance and social performance of cooperative societies. *Cogent Business & Management*, 4(1), 1284391. <https://doi.org/10.1080/23311975.2017.1284391>
- Leavy, P. (Ed.). (2014). *The Oxford handbook of qualitative research*. Oxford University Press, USA.
- Lei N. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (1971). *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Ministério da Fazenda.
- Maciel, A. P. B., Seibert, R. M., da Silva, R. C. F., Wbatuba, B. B. R., & da Costa Salla, N. M. (2018). Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(4), 600-619. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170228>
- Manzaneque, E. M. M. (2016). *Board of Directors as A Corporate Governance Mechanism Principles, Practices, Proposals and New Challenges*. Corporate Governance: Principles, Practices and Challenges. Hauppauge, New York: Nova Science Publishers, Inc. Retrieved from.
- Maričić, G., Škorić, S., & Radenković, D. (2018). Application of the principles of corporate governance in agriculture cooperatives. *Economics of Agriculture*, 65(2), 827-841. doi:10.5937/ekoPolj1802827M

- Michaud, M., & Audebrand, L. K. (2022). One governance theory to rule them all? The case for a paradoxical approach to cooperative governance. *Journal of Co-Operative Organization and Management*, 10(1), 100151. <https://doi.org/10.1016/J.JCOM.2021.100151>
- Muhanguzi, K. B. (2019). An empirical test of the agency theory in corporate governance of Saccos in Uganda. Available at SSRN 3454396. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3454396>
- Sousa Neto, J. A., & Reis, D. A. (2015). Os impactos da governança corporativa em uma cooperativa de crédito. *Pedro Leopoldo: Revista Gestão & Tecnologia*, 15(2), 211-234. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2015.v15i2.728>
- Norma Brasileira de Contabilidade Técnica N. 10.8. *Entidades Cooperativas*. Recuperado em 02, março, 2020, de <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t108.htm>
- Oino, I., & Itan, M. (2018). Impact of Corporate Governance on Banks Financial Performance. *Journal of Business Management and Economics*, 6(08), 01-09. <https://dx.doi.org/10.15520/jbme.v6i08.2262>
- Organização das Cooperativas Brasileira (2015). *Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa*. Recuperado em 11, março, 2020, de http://www.ocesc.org.br/documentos/manual_boas_praticas.pdf
- Organização das Cooperativas Brasileira (2019). *Ramos do Cooperativismo*. Recuperado em 10, março, 2020, de <https://www.ocb.org.br/ramos>
- Organização das Cooperativas Brasileira (2022). *Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Recuperado em 10, março, 2023, de <https://anuario.coop.br/ramos/credito>
- Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) (2019). *Números do Cooperativismo*. Recuperado em 10, março, 2020, de <https://www.ocb.org.br/numeros>
- Paredes, D., & Loveridge, S. (2018). Rural electric cooperatives and economic development. *Energy policy*, 117, 49-57. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.02.035>
- Rastogi, A., & Verma, O. P. (2019). An Empirical Analysis of Implementation of Norms of Corporate Governance in Selected Companies. *CLEAR International Journal of Research in Commerce & Management*, 10(9), 6–15.
- Reis, A. M., & Teixeira, A. J. C. (2013). Utilização de artefatos de contabilidade gerencial nas sociedades cooperativas agropecuárias de Minas Gerais e sua relação com porte e desempenho financeiro. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(4), 355- 371. <https://doi.org/10.17524/repec.v7i4.997>
- Sugiyanto, S., & Rahayu, A. A. (2018). The Implementation of Risk Management and Its Effect on Good Cooperative Governance and Success. *Journal of Indonesian Economy and Business*, 33(3), 243-256. <https://doi.org/10.22146/jieb.28570>
- Thrikawala, S., Locke, S., & Reddy, K. (2016). *Corporate Governance Practices and Performance of The Microfinance Sector*. Corporate Governance: Principles, Practices and Challenges. Hauppauge, New York: Nova Science Publishers, Inc. Retrieved from.
- Tripathy, K. K., Paliwal, M., & Nistala, N. (2021). Good Governance Practices and Competitiveness in Cooperatives: An Analytical Study of Kerala Primary Agricultural Credit Societies. *International Journal of Global Business and Competitiveness*, 16(2), 153–161. <https://doi.org/10.1007/s42943-021-00020-0>
- Trindade, L. Z., & Bialoskorski Neto, S. (2014). Análise e percepção dos custos das práticas de governança corporativa: um estudo de caso. *Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 12(3), 64-97. <https://doi.org/10.19094/contextus.v12i3.514>
- Westrup, M. N., Camilo, S. P. O., & Estevam, D. O. (2018). Dominância de Membros Tomadores ou Poupadores de Recursos nas Cooperativas de Crédito e o Desempenho: Análise sob a Ótica da Teoria de Agência. *NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia*, 8(2), 27-42. <https://doi.org/10.22279/navus.2018.v8n2.p27-42.602>
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman editora.

DADOS DOS AUTORES

Tadeu Junior de Castro Gonçalves

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: tadeujunior.goncalves@gmail.com

Orcid: 0000-0002-2888-1773

Cássia Marcelle Dias Pinho

Mestra em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Email: cassiapinho2008@hotmail.com

Orcid: 0000-0003-3784-0225

Anderson Roberto Pires e Silva

Doutor em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN) e professor Adjunto III da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Email: andersonpires@hotmail.com

Orcid: 0000-0002-1659-8153

Diogo Henrique Silva de Lima

Doutor em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN) e professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Email: diogoh4@ufrnet.br

Orcid: 0000-0001-8463-1421

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Tadeu Junior de Castro Gonçalves	Cássia Marcelle Dias Pinho	Anderson Roberto Pires e Silva	Diogo Henrique Silva de Lima
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	X	X	X	X
2. Definição do problema de pesquisa	X	X	X	
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	X	X	X	X
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)	X	X	X	
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	X	X	X	
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	X	X	X	X
7. Processo de coleta de dados	X	X		X
8. Análises estatísticas				
9. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X	X	
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	X	X	X	
11. Revisão crítica do manuscrito	X	X	X	
12. Redação do manuscrito	X	X		